

A "FOME" DO PODER DE FAZER ESCOLHAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DO EXTREMO SUL DA BAHIA¹

Márcia Maria Andrade de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Dentre as preocupações mais constantes nos debates ocorridos nos seminários e encontros da sociedade organizada em relação ao meio ambiente, consta, sem dúvida, o poder que detêm as organizações empresariais de se apropriarem dos recursos naturais e de tomar decisões que afetam a sociedade em geral, sem consultá-la. Diante disso, a sociedade tenta se organizar na luta para ter o direito ou o poder de opinar, principalmente, quando a questão envolve temas como meio ambiente e futuro da sociedade. A luta expressa o desejo de opinar e agir no processo de construção de uma sociedade que seja, ao mesmo tempo, respeitosa em relação às diferenças e igualitária, na possibilidade da satisfação de necessidades e vontades.

O ambientalismo tem sido entendido como um movimento social dentro do qual haveria uma convergência quanto à concepção de que há uma indispensável necessidade de repensarem-se as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Muitos autores entendem que estaria acontecendo uma inusitada "conscientização pública" quanto a questões ambientais, e que seria notório o crescimento de "preocupações ambientais" (VIOLA e HECTOR, 1994). Entretanto, uma série de pré-condições antecede a ação prática coletiva dos movimentos sociais, tais como: certos aspectos do sistema de poder perdem a legitimidade, e a aceitação da autoridade é substituída pelo entendimento de que suas ações não se apóiam em princípios compartilhados de justificação – não são mais vistas como justificáveis; grupos sociais que eram, de ordinário, fatalistas, que acreditavam nos arranjos de poder como inevitáveis, começam a afirmar princípios de justiça que implicam demandas por mudança; indivíduos que se consideravam impotentes passam a acreditar em ser capazes de mudar a ordem das coisas (ACSELRAD, 2002). Portanto, essa "conscientização pública" pode estar sendo construída no processo de trabalho dos movimentos sociais de tornar evidentes as diferenças e opressões.

Movimentos sociais e empresas estão, muitas vezes, no centro dos debates ambientalistas. Frequentemente, as empresas estão a defender a continuidade para os seus processos, e os movimentos sociais a defender uma distribuição igualitária das partes de um meio ambiente que é injustamente dividido.

As reflexões expressadas nesse texto são produto do estudo de caso sobre as relações entre as empresas plantadoras de eucalipto e/ou produtoras de celulose e comunidades quilombolas, índios e produtores do sistema de agricultura familiar, que está sendo realizado para efeito da elaboração de tese de doutoramento, com dados coletados em pesquisa de campo, composta de visitas ao local e entrevistas, bem como por meio de publicações elaboradas pelos agentes envolvidos no debate. A análise baseia-se numa filosofia relacional, que atribui primazia às relações e numa filosofia da ação, disposicional, ou seja, "que atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação" (BOURDIEU, 1996), como explica autor. Esta filosofia tem como ponto central a relação entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*). Em resumo, trata-se de uma análise da relação entre posições sociais ocupadas pelos agentes.

As comunidades que hoje estão em conflito com as empresas plantadoras de eucalipto são remanescentes das populações que viviam na região até a década de 50 tais como: Tupiniquim,

¹Trabalho de pesquisa desenvolvido sob a orientação do Professor Doutor Henri Acsehrad, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ. acsel@attglobalnet.

² Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica do Salvador – UCSal, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional/UFRJ. andrademarcia@aol.com

Pataxó, Maxacali, Botocudo, Puri, Kamakã, e diversas populações quilombolas, todos com formas de vida e de reprodução muito próprias, conciliando atividades econômicas produtivas com preservação da diversidade da base material da região. Conforme o Pe. Koopmans (1999),

[...] o Extremo Sul se tornara um lugar no qual existiam homens livres em terras livres, oferecendo condições para ter uma vida decente. Uma sociedade de pequenos produtores e de pescadores [...]. Tais circunstâncias teriam criado no povo um sentimento de solidariedade, de co-responsabilidade, de união, de confiança e de altruísmo [...]. As regras comerciais eram baseadas em confiança e sinceridade.

Entretanto, a região foi considerada pelos poderes públicos e empresas, como "atrasada", "improdutiva", "ineficiente" etc., e foi condenada ao "desenvolvimento econômico". Na inauguração da BR-101, que atravessa a região, o Governador do Estado falou sobre a necessidade de redescobrir-se o Extremo Sul "esquecido", que iria, a partir de então, receber o "progresso" e o "desenvolvimento". Foram ignorados todos os habitantes, bem como a energia de suas formas de vida, conforme registrou o Pe. Koopmans.

Essas idéias legitimaram uma série de ações que modificaram as condições de vida das populações locais. As transformações começaram com a extração das madeiras de lei, feitas pelos grandes madeireiros de Minas Gerais e do Espírito Santo, facilitando o caminho para a atividade pecuarista que já encontrava as "terras limpas" para a formação das pastagens – processo reforçado pelos recursos para o desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária liberados pelo Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, Lei 3.995/61.

Os investimentos foram entregues a particulares, e isto teria sido o início da formação da estrutura que até hoje caracteriza a região, pautada na concentração da riqueza, da terra, do gado e do poder político, nas mãos de uma minoria. O Governo não ofereceu a infra-estrutura necessária (energia elétrica, estradas, bancos, etc.) para o desenvolvimento das atividades locais, para todos os habitantes da área, igualmente, limitando-se a fornecer recursos para poucos privilegiados fazendeiros que detiveram o poder e o direito de decidir os destinos da região. As plantações do eucalipto foram iniciadas em 1970, estimuladas pelos incentivos fiscais.

Diante do conhecimento dessa situação, surge uma série de questionamentos; contudo, neste texto será dada prioridade à instauração de uma reflexão em torno das expectativas de participação das comunidades locais – nas escolhas que acontecem no âmbito das empresas – que influenciam a sua vida.

ESCOLHAS EMPRESARIAIS E SOCIEDADE

Ainda hoje, grande parte das pessoas entende que as empresas se relacionam apenas com investidores, acionistas, empregados, dirigentes, fornecedores, familiares dessas pessoas, e com a sociedade em geral, por intermédio das obrigações legais que são pagas ou recolhidas ao Governo ou em razão da vizinhança. O conceito tradicional de empresa, conforme Richers (1997), considera que ela é uma organização que se propõe a, regularmente, transformar insumos e/ou transacionar bens que considera úteis para a sociedade, sejam eles matérias-primas, produtos semifabricados, bens industriais, bens de consumo ou serviços. Pelo esforço de ser útil, continua o autor, a empresa espera ser remunerada. Mas, na atualidade, alguns autores perceberam outros aspectos na empresa. Por exemplo, percebeu-se que ela é detentora de um poder e procuraria impor, nela e fora dela, valores e comportamentos sociais e culturais conforme seus interesses particulares, conforme Duarte e Dias (1986). Para Délano (1980), é acima de tudo um poder, porque representa uma força sócio-econômica-financeira que pode influir na melhor ou pior qualidade de vida da cidade onde está instalada. Santos (1999), afirma que “empresas (e governos e instituições supranacionais ao seu serviço) ditam ao mundo regras e comportamentos, comandam os gostos, regulam o trabalho e as paixões, deformando, ao preço do absurdo, o corpo e a alma das pessoas e das nações”.

As empresas interferem na vida da sociedade de diversas formas. São núcleos de poder de decisão sobre assuntos que interessam à sociedade em geral. Por um lado, quando decidem quais os produtos que serão fabricados e lançados no mercado; quando determinam a quantidade a ser produzida; quando escolhem os meios de produção mais eficazes; quando desenvolvem as técnicas mais eficientes para alcançar seus objetivos; quando escolhem as matérias-primas mais adequadas; quando decidem o lugar onde será instalada a planta industrial estão decidindo sobre eventos que, de diversas formas, atingirão pessoas. Por outro lado, interferem na vida das pessoas quando usam rios, mares, lagos e ar para se desfazer os rejeitos industriais, quando se apoderam de grandes extensões de terras, bem como quando consomem recursos financeiros escassos. Práticas como as acima mencionadas são, muitas vezes, origens de conflitos sociais e ambientais entre as organizações empresariais e as organizações sociais, uma vez que os interesses empresariais podem não coincidir com os interesses dos demais grupos.

Estamos diante do paradoxo da empresa na atualidade. Se, por um lado, ela é considerada a instância geradora de empregos, renda e divisas, produtoras de bens e serviços e responsável pelo equilíbrio macroeconômico, por outro lado, muitas vezes pode ser o núcleo gerador de conflitos sócio-ambientais. As conseqüências das decisões tomadas, no âmbito das indústrias, não ficam restritas aos muros das fábricas, às pessoas relacionadas com a produção, aos seus arredores, nem mesmo às cláusulas dos seus contratos. Caso aconteça um vazamento de resíduos químicos no ar, por exemplo, estes poderão ser espalhados, pela ação dos ventos, para localidades distantes. Portanto, as escolhas feitas no limite das empresas podem ter influência, de diversas formas, na sociedade como um todo.

LÓGICAS E MUNDOS

Em relação às empresas e às comunidades, no caso em questão, alguns autores manifestam o entendimento de que existe um conflito por terras, um jogo entre concorrentes, no qual as comunidades podem ser interpretadas como *stakeholders* da empresa, ou seja, grupos de cujo suporte a organização não pode prescindir, pois correria o risco de cessar de existir, indicando que há uma interdependência mútua (ANDRADE, DIAS e QUINTELLA, 2001). Tal análise crê na equivalência de poder (econômico e/ou simbólico) entre os grupos em conflito, na lógica econômica como a razão que fundamenta a luta de ambos os grupos e nos bens em disputa como portadores do mesmo tipo de valor para todos os envolvidos. Essa forma de pensar impede a percepção de que se trata de algo mais complexo. Por um lado, impede a percepção de que o que está em disputa é a legitimidade da forma de apropriação e de relação com o espaço e o tempo, o qual configura a interferência no espaço social, de modos diferentes de viver no mundo. Por outro lado, ao construir a idéia de que as comunidades são *stakeholders* esconde-se a relação de dominação existente, uma vez que não há evidências de que as empresas dependem das comunidades, de alguma forma, para a manutenção ou expansão de suas operações. Por exemplo, a existência de comunidades tradicionais na região estudada, até o momento, não configurou empecilho para que as empresas alcançassem todas as terras que desejaram para seus objetivos.

A realidade social é uma realidade material, mas é também simbolizada pelos atores, e uma explicação adequada deveria trabalhar com essas duas dimensões. Não existe uma e, depois, a outra. O espaço social é definido pela exclusão mútua, ou pela distinção das posições que o constituem. Esse mundo social pode se estruturar, primeiramente, por um determinado volume de capital que cada posição contém. Entretanto, a distribuição do volume de capital existente nessas posições é desigual. O que equivale a dizer que há uma distribuição desigual da capacidade de dominação de uns pelos outros. Portanto, o mundo social é campo de forças, campo de lutas onde os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo – contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. É campo de poder, espaço do jogo no interior do qual os detentores de capital lutam, e espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 1996).

O capital econômico permite o acesso a outros capitais como o capital cultural, o capital social que, por sua vez, facilita o acesso a mais capital econômico. O capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é reconhecido enquanto capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), reconhecida, portanto, uma verdadeira "força mágica", que exerce uma espécie de ação à distância, mesmo que sem contato físico. A imposição da lógica econômica sobre as demais lógicas que fundamentam as outras formas de viver de comunidades acontece, porque as empresas plantadoras de eucalipto e/ou produtoras de celulose acumularam capital econômico e capital simbólico, como por exemplo, a noção de eficiência e de competitividade relacionada aos grandes projetos agroindustriais.

As estratégias dos agentes e das instituições que estão envolvidos nas lutas dependem da posição que ocupem na estrutura do campo, isto é, na distribuição dos capitais. As estratégias empresariais estão fundadas tanto no capital econômico quanto no capital simbólico. Dessa forma, a posição da empresa no espaço social tem permitido que a mesma trabalhe com estratégias de ação, diante do conflito, diferentes das estratégias dos grupos sociais de índios e quilombolas. Como expressão maior do seu poder, as empresas podem impor sua lógica econômica sobre todas as outras lógicas. Elas podem, também, influenciar autoridades estatais do setor econômico-financeiro a seu favor; podem apoiar, como parceira técnica e financeira, os projetos desenvolvidos pelo NISI – *Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena*; podem não reconhecer que as terras cogitadas pelos índios possam ser, ou ter sido, tradicionalmente indígenas; podem estender às comunidades indígenas o seu *Programa de Fomento Florestal* – que transforma terras indígenas em terras plantadas com eucalipto para alimentar a produção das fábricas de papel e celulose.

Por seu turno, as comunidades utilizam uma única estratégia de ação, fundada no seu capital simbólico: tentam mobilizar a opinião pública e os *stakeholders* das empresas (clientes, acionistas, e órgãos governamentais) a seu favor. Entretanto, esse capital simbólico é de tipo diferente do das grandes empresas. Neste caso, o capital simbólico – da relação com a natureza, da força física, valor guerreiro – não é tão valorizado na sociedade moderna. O fato de que algumas comunidades aceitem participar da lógica econômica proposta pela empresa e objetivada no *Projeto de Fomento Florestal* ou de aceitarem qualquer tipo de benefício social pode não ser exemplo de estratégia das comunidades, nem significar que essas comunidades tenham sido convencidas de que a lógica econômica é a mais adequada. Mas, pode expressar, mais uma vez, a falta de poder dessas comunidades de criar alternativas autônomas, após o contato com o sistema econômico vigente. Nesse sentido, seria necessário investigar a possibilidade de existência ou não de espaço para escolhas, para ter uma noção mais próxima da realidade.

Evidentemente, as bases do poder que detém as empresas hoje, foram construídas no passado, no processo de distribuição das terras brasileiras, no processo de colonização e, mais recentemente, por intermédio da noção de desenvolvimento e crescimento econômico que dá legitimidade e fundamenta a lógica de acumulação de riquezas. O modelo de desenvolvimento econômico, centrado na exportação de produtos primários – considerado causa de atraso do País desde os anos 30 (FURTADO *apud* MINEIRO, ELIAS e BENJAMIM, 1998; FURTADO, 1967, 1998) – foi escolhido e imposto para toda a população local por agentes externos, que desconheciam a realidade local (governo e empresas). A questão que está subjacente à maior parte das queixas das populações locais é exatamente que o modelo de desenvolvimento imposto para essas regiões – que destina grandes extensões de terras para monoculturas de eucalipto – não atende às necessidades específicas das populações regionais. Pode-se entender que se trata de um modelo adequado para diversos espaços e tempos, mas não tem sido considerado, pelas comunidades locais, como adequado aos seus modos de vida.

A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

O Movimento de Justiça Ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Nos anos 70, sindicatos

preocupados com saúde ocupacional, grupos ambientalistas e organizações de minorias étnicas articularam-se para elaborar, em suas pautas respectivas, o que entendiam por “questões ambientais urbanas”. Alguns estudos apontavam já a distribuição espacialmente desigual da poluição segundo a raça das populações a ela mais expostas. Nos anos 80, o movimento contribuiu decisivamente para evidenciar a ligação entre degradação ambiental e injustiça social. O movimento afirmou-se, porém, a partir de experiência concreta de luta desenvolvida em Afton, no condado de Warren, na Carolina do Norte, em 1982, quando estruturou suas estratégias de resistência, recorrendo, de forma inovadora, à própria produção de conhecimento. "Notadamente, recorreu-se aos resultados de pesquisas multidisciplinares promovidas sobre as condições da desigualdade ambiental no país" (ACSELRAD, 2002). Esses estudos evidenciaram a imposição desproporcional - intencional ou não - de rejeitos perigosos às comunidades de cor. No plano da prática, os movimentos sociais nos EUA organizaram protestos maciços, trabalharam no sentido da constituição de uma força coletiva para se opor a uma prática que lhes parecia injusta e de imposição do poder decisório de terceiros sobre os atributos qualitativos de seu ambiente.

Na região em estudo, os grupos sociais demonstram seu descontentamento e insatisfação quanto às formas de apropriação dos recursos – na luta para construir o poder do direito de discutir as formas de uso do ambiente no lugar. A "vocação" regional para cultivo de eucalipto teria sido estabelecida por agentes externos que não levaram em conta os processos e pessoas que já existiam na região, por exemplo. No momento, está sendo projetada a expansão desse cultivo pelas empresas. Há um esforço de movimentos sociais no sentido de influenciarem essa decisão.

Os grupos sociais, nesse caso, querem propor a dissemina o da agro-ecologia; garantir a permanência das famílias no campo e a realiza o da reforma agrária (como única forma para garantir a sustentabilidade econômica, social e cultural); promover uma educa o voltada para a realidade camponesa (que a educa o seja agro-ecológica, ambiental e cultural, e acessível a todos e todas); garantir políticas agrícolas voltadas para a agricultura agro-ecológica (custeio e investimento); defender o campesinato (não só lutar para fazer o homem permanecer no campo, mas para garantir a cultura da biodiversidade); fortalecer a integra o e a solidariedade das famílias nas comunidades camponesas.

Em defesa de outro modelo agrícola e fundiário, os representantes dos movimentos sociais argumentam, por exemplo, que "enquanto a Aracruz Celulose (uma das empresas instaladas na região) emprega diretamente somente 1.689 funcionários e   dona das maiores propriedades do estado, a agricultura familiar chega a reunir 70 mil famílias e a grande maioria dos proprietários desse setor possuem apenas até algumas dezenas de hectares de terra". No mês de junho deste ano, foi realizado um encontro, em Porto Seguro, onde se discutiu o dramático quadro socioambiental, considerado como "conseq ncia do modelo atual de desenvolvimento financiado pelo governo federal e por organismos internacionais, que têm como objetivo, exclusivamente, o retorno econômico dos financiamentos em detrimento do modo de vida das popula es", conforme texto do documento elaborado na ocasião, denominado *Carta de Porto Seguro*. Assinam esse documento, que será enviado ao Presidente, 78 entidades e personalidades capixabas e baianas entre elas: FASE, *Federa o dos Trabalhadores na Agricultura* (FETAES), MST, CDDH – *Centro de Defesa de Direitos Humanos de Teixeira de Freitas* (Ba), *Movimento dos Pequenos Agricultores* (MPA), *Terra Viva*, CUT/Ba, Eunápolis (Ba), *Flora Brasil*, *Frente de Resistência Pataxó*, CEPEDS, repudiam, por exemplo, a compra de terras para expansão da monocultura de eucalipto, pela *Aracruz Celulose S.A.*, na Bahia.

CONCLUSÃO

A constru o da possibilidade de participar nas escolhas realiza-se num processo que se inicia com a percep o dos "dados" relativos   desigualdade, que normalmente já existem, e se completa na luta social. São as denúncias que revelam a existência da desigualdade. Os movimentos sociais percebem o elemento diferencial, do poder em jogo, no caso, que parece ser a capacidade dos atores de permanecerem no espaço, ou seja, na propriedade da terra.

Os movimentos sociais podem ser analisados por sua intervenção em dois níveis do espaço social – o espaço da distribuição do poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva. Organizados e manifestando sua oposição a diversas ações das empresas, os grupos tradicionais locais estão em luta para interferir no processo de tomada de decisão que acontece no âmbito empresarial e que afeta suas vidas. A Lei 6.780/2001 do zoneamento, que resultou na proibição da expansão do plantio do eucalipto no Estado do Espírito Santo – até que a Secretaria Estadual de Agricultura faça um mapeamento agroecológico – é um exemplo de que existe a possibilidade de influenciar, por meio do processo político, a distribuição do poder sobre as coisas. Ao recusar a proposta feita pelas empresas de plantarem eucalipto em suas terras, as comunidades quilombolas resistem às pressões, e, dessa forma, conseguem dificultar que os projetos se realizem sem que, antes, se façam considerações e avaliações acerca de sua existência. Dessa forma, os movimentos sociais estão construindo formas de participação (por intermédio da política) ou de interferência (por meio da resistência) nas decisões empresariais que influenciam os seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José, DIAS, Camila, QUINTELLA, Rogério: Dimensão Político-institucional das Estratégias Sócio-ambientais: o jogo da Aracruz Celulose S.A. Índios Tupiniquim e Guarani. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, nº 9, 2º Semestre de 2001.

ACSELRAD, Henri: Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **In: XIII ENCONTRO** da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

BOURDIEU, Pierre: **Razões Práticas**: sobre a Teoria da Ação. Trad. De Mariza Corrêa. Campinas, SP : Papyrus, 1996. 224p. ISBN 85-308-0393-0.

DÉLANO, Alfonso Silva. O balanço social, utopia ou realidade na empresa latino-americana? **In: GONÇALVES, Ernesto Lima. (Org.). Balanço Social da Empresa na América Latina.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. p.1-4.

DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Maria A.M : **Responsabilidade Social**: A empresa hoje. Rio de Janeiro: São Paulo : LTC – Livros Técnicos e Científicos / Fundação Assistencial Brahma, 1986.

FURTADO, Celso. Há risco de uma ingovernabilidade crescente. **In: MINEIRO, Adhemar dos Santos, ELIAS, Luiz Antônio, BENJAMIN César (orgs.). Visões da crise.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p. 11-23.

_____. **Formação Econômica do Brasil.** 7.ed.São Paulo. Editora Nacional, 1967.

_____. **O Capitalismo Global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998. 83 p.

KOOPMANS, Pe. José: **Além do Eucalipto**: O Papel do Extremo Sul. Salvador, :Memorial das Letras, 1999. 195p.

RICHERS, Raimar : **O que é empresa.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

SANTOS, Milton. Avareza, ano 2000. **In: SADER, Emir.(Org.). 7 Pecados do Capital.** Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23-29.

VIOLA, Eduardo J. e Leis, HECTOR. R. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além do Rio-92: o Desafio de uma Estratégia Globalista Viável. In: SEMINÁRIO Diretrizes de Ação para o Meio Ambiente no Brasil. **Anais**. Brasília, 1994.